



ROMPENDO COM A (IR)RACIONALIDADE PUNITIVA: FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

BREAKING WITH PUNITIVE IR(RATIONALITY): PHILOSOPHY OF LIBERATION AND HUMAN RIGHTS

Raphael Boldt

Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Graduado em Direito e Comunicação Social. Professor da Graduação e da Pós-Graduação em Ciências Criminais da FDV. Professor Convidado da Escola Superior da Advocacia (ESA/ES). Professor em cursos preparatórios para carreiras jurídicas. Advogado. E-mail: raphaelboldt@hotmail.com. Endereço: Rua Luiz Fernandes Reis, n. 556, ap. 601, Praia da Costa, Vila Velha, Espírito Santo. CEP 29101-120. **Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7059830980608621>.

Aloisio Krohling

Pós-Doutor em Filosofia Política. Doutor em Filosofia (Instituto Santo Anselmo, Roma, Itália). Mestre em Sociologia Política (Escola de Sociologia e Política de São Paulo). Professor de Filosofia do Direito no Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). E-mail: krohling@gmail.com. **Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7998139181855415>.

Resumo

O texto examina a cultura punitiva e expõe algumas das contribuições que a filosofia da libertação pode oferecer para a concretização de uma cultura dos direitos humanos. Percebe-se atualmente a existência de uma verdadeira cultura punitiva no Brasil,

um “clima punitivista” que promove a criminalização de condutas como o único caminho para a solução de conflitos sociais dos mais diversos matizes e propõe o endurecimento da legislação penal visando coibir a criminalidade. Ademais, observa-se uma tendência à flexibilização de direitos e garantias fundamentais, vistos, neste contexto, como obstáculos à segurança, “direito sagrado” em tempos de cultura do pânico. Paralelamente ao processo de endurecimento penal, verifica-se o declínio da tolerância e a ampliação da desigualdade, razão pela qual torna-se fundamental repensar o papel dos direitos humanos e refletir acerca das possibilidades de se produzir transformações sociais a partir de uma práxis libertadora e de teorias elaboradas com base nas especificidades dos países periféricos.

Palavras-chave: Cultura Punitiva. Direitos Humanos. Filosofia da Libertação.

Abstract

The work examines the punitive culture and indicates some contributions of the philosophy of liberation to the consolidation of a human rights culture. In these days we realize the existence of a truly punitive culture in Brazil, which promotes conduct's criminalization as the only way of social conflicts solution. Besides, there's a real tendency to the fundamental rights elimination, conceived as obstacles to security, a “holy right” because of the panic discourse. We also verify the decline of tolerance and the increase of social exclusion, reason of this reflection on the human rights mission today and the possibilities of social changes through a liberation praxis and critical theories created in the context of undeveloped countries.

Keywords: Punitive Culture. Human Rights. Philosophy of Liberation.

Sumário: 1. Introdução. 2. Sistema penal e dominação na sociedade contemporânea. 3. Contribuições da Filosofia da Libertação para uma cultura dos direitos humanos. 4. A humanidade resgatada: o direito sob a perspectiva do “outro”. 5. Considerações finais. 6. Referências.

1 INTRODUÇÃO

Como os direitos humanos são percebidos no Brasil atualmente? Para alguns, tratam-se apenas de instrumentos voltados para a defesa de criminosos que não os merecem; para outros, obstáculos ao exercício do *jus puniendi* estatal.

Entre as várias percepções possíveis concernentes aos direitos humanos nos dias de hoje, destacamos o discurso punitivista que legitima a pena como modelo eficaz da solução de conflitos e transforma os direitos em barreiras à efetivação da tão almejada segurança, ainda que apenas na esfera subjetiva.

Com o auxílio dos meios de comunicação de massa, o “senso comum criminológico” se espalha pela sociedade e cria as condições perfeitas para a difusão do “punitivismo”, fenômeno ainda mais evidente em países com formações sociais hierarquizadas e influenciadas por uma cultura do pânico, promovida principalmente pela mídia mediante a dramatização e o superdimensionamento da criminalidade violenta.

Não obstante a cultura punitiva alcance os mais variados setores da sociedade, seus reflexos nocivos podem ser notados, sobretudo, pelos grupos socialmente excluídos, integrantes da exterioridade, categoria relevante no âmbito da filosofia da libertação.

Imigrantes, índios, negros, homossexuais, meninos de rua, moradores dos subúrbios e favelas dos grandes centros urbanos, enfim, membros dos segmentos mais vulneráveis que aos poucos adquirem o *status* de “classes perigosas” e tornam-se, portanto, o público-alvo da “onda punitiva” (WACQUANT, 2007), bodes expiatórios de uma socieda-

de que vive o “mal-estar da pós-modernidade” (BAUMAN, 1998), mas convive, ao mesmo tempo, com as mazelas da pré-modernidade.

Com a emergência da opressão punitiva e a conseqüente erosão dos direitos humanos, surge a necessidade de se desenvolver projetos comprometidos com a denúncia da injustiça social, embasados em teorias essencialmente críticas, destinadas a “desmascarar todo tipo de legitimação ideológica, bem como exigir uma discussão racional de toda relação fática de poder” (CASTRO, 2005, p. 61).

Ademais, acreditamos que a filosofia da libertação, orientada para a mudança e libertação/emancipação do “outro”¹, possui uma potencialidade transformadora imprescindível para a concretização de uma autêntica cultura humanista.

Pensar os direitos humanos e o controle social institucionalizado a partir do “outro”, dos estratos socialmente proscritos, é, a nosso ver, o primeiro passo para superarmos a aparência e compreendermos a essência do que chamamos de opressão punitiva, decorrente, entre outros fatores, da (ir)racionalidade totalitária e da barbárie da sociedade contemporânea, condicionadas por relações econômicas alienadas e inumanas, capaz de “coisificar” os seres humanos, definidos de acordo com a sua utilidade no plano da produtividade e do consumo.

2 SISTEMA PENAL E DOMINAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Em formações sociais marcadas pela desigualdade e por um processo permanente de exclusão social, o controle dos grupos subalternos – especialmente os contingentes populacionais marginalizados do mercado e do consumo – é fundamental para a manutenção do *status quo*.

¹ Saliente-se que ao utilizarmos o termo “outro”, o fazemos em consonância com os ensinamentos de Dussel (2007, p. 16), situando-nos no nível antropológico. “O outro será a/o outra/o mulher homem: um ser humano, um sujeito ético, o rosto, como epifania da corporalidade vivente humana [...]”.

Por meio do controle social as classes dominantes estabelecem a sua hegemonia e garantem o consenso, buscando legitimar a ideologia dominante². Certamente tal percepção deriva de uma compreensão específica referente às sociedades capitalistas, “estruturadas em classes sociais antagônicas diferenciadas pela posição respectiva nas relações de produção e de acumulação da vida material, em que os indivíduos se relacionam como proprietários do capital ou como possuidores de força de trabalho” (SANTOS, 2006, p. 06).

A nosso ver, o Brasil está inserido neste contexto – não obstante a sua condição de país periférico ao capitalismo central – de forma que o controle social, sobretudo em sua forma institucionalizada, deve ser estudado sob a perspectiva das classes sociais e da luta de classes correspondente a esta divisão.

Embora toda sociedade apresente conflitos sociais, grupos dominantes e dominados que compõem uma determinada estrutura de poder, bem como múltiplas formas de controle social, nos países periféricos “o controle social tende a ser mais anestésico entre as camadas sociais mais privilegiadas e que adotam os padrões de consumo dos países centrais” (ZAFFARONI; PIERANGELI, 1999, p. 61).

Ao abordarmos a temática do controle social, não o fazemos com o objetivo de esgotá-la, senão visando esclarecer alguns pontos essenciais para uma compreensão adequada do que chamamos de “opressão punitiva” na sociedade contemporânea.

² Para Castro (2005, p. 153), “o controle social não é nada além de um conjunto de táticas, estratégias e forças para a construção da hegemonia, isto é, para a busca da legitimação ou garantia do consenso; ou, em caso de fracasso, para a submissão forçada dos que não se integram à ideologia dominante”. Ademais, para a legitimação da ideologia dominante e a manutenção da ordem vigente, merece destaque o controle social informal realizado pelos meios de comunicação de massa por meio de um poder invisível e extremamente eficaz, denominado por Bourdieu (2004) de “poder simbólico”.

Apesar do controle social se dividir em “informal” e “formal” ou “difuso” e “institucionalizado” – para utilizarmos as palavras de Zaffaroni e Pierangeli (1999, p. 68) – nos interessamos precipuamente, neste trabalho, pelo controle institucionalizado ou formal, principalmente em sua vertente punitiva, amparada por um discurso punitivo e, portanto, intimamente ligada ao sistema penal.

Maneira multifacética de educar e disciplinar os indivíduos³, o controle social informal também é importante para a análise que busca formar uma ideia do modelo de sociedade com a qual nos deparamos, todavia, tendo em vista os objetivos propostos neste texto, nosso foco se voltará para o “controle social punitivo institucionalizado”, ou seja, o sistema penal.

Por mais que o controle social seja exercido em todas as formações sociais, há inúmeras diferenças que se apresentam conforme a realidade de cada país, como, por exemplo, a frequência e a intensidade com que se utiliza o sistema penal.

Embora os conflitos sociais sejam inerentes à sociedade, a solução – ou administração – destes, quase que exclusivamente mediante o controle social formal, pode ser um indicador de altos níveis de autoritarismo, uma vez que, segundo Zaffaroni e Pierangeli (1999, p. 62), “uma sociedade é mais ou menos autoritária ou mais ou menos democrática, segundo se oriente em um ou outro sentido a totalidade do fenômeno e não unicamente a parte do controle social institucionalizado ou explícito”.

Creemos que a realidade brasileira é rica em exemplos capazes de confirmar tal assertiva, afinal, já faz muito tempo que deixamos de enxergar o direito penal como *ultima ratio* na solução de conflitos e proteção de bens jurídicos.

³ Em sua forma difusa, o controle social é realizado pela família, pelos *mass media*, por rumores, modas, preconceitos, etc. No âmbito institucionalizado, o controle tem sido exercido por inúmeras instituições, como escolas, universidades, hospitais, tribunais, entre outras.

Com efeito, atualmente observamos a “hipertrofia penal” proveniente da crença no direito penal como o único caminho para a solução dos mais variados e complexos problemas sociais.

Além de realçar a natureza autoritária de nossa sociedade, a expansão do poder punitivo estatal engendra, entre outros efeitos nocivos, a reafirmação do

significado político do direito penal como instituição de garantia e reprodução da estrutura de classes da sociedade, da desigualdade entre as classes sociais, de exploração e de opressão das classes sociais subalternas pelas classes sociais hegemônicas (SANTOS, 2006, p. 08).

O acirramento da repressão penal consolida as reais funções do direito penal na sociedade capitalista, encobertas pelas funções declaradas propaladas pelo discurso oficial. Conseqüentemente, ampliam-se os efeitos deletérios da seletividade penal, implementada por intermédio dos processos de criminalização primária – realizada pelo direito penal por meio da definição legal de crimes e penas – e criminalização secundária, realizada pelo sistema de justiça criminal, constituído pela polícia, justiça e prisão (aplicação e execução das penas).

Enquanto no âmbito da criminalização primária notamos a proteção penal seletiva de bens jurídicos das classes dominantes, pré-selecionando os sujeitos estigmatizáveis pela sanção penal, a criminalização secundária concretiza a seletividade na prática, alimentando-se do estereótipo do delinquente, sempre presente no imaginário coletivo graças, principalmente, à ação dos meios de comunicação de massa.

Com a seletividade penal, tornam-se evidentes os efeitos nefastos do encarceramento, utilizado hodiernamente para conter o excedente populacional, um *surplus* de força de trabalho desqualificado e estigmatizado, potencialmente desviante e perigoso para a ordem constituída (DE GIORGI, 2006).

Ao operar como um filtro, selecionando as pessoas mais vulneráveis ao poder punitivo, o sistema penal reproduz a desigualdade nas sociedades contemporâneas e contraria alguns de seus objetivos declarados e legitimados pelo discurso jurídico da igualdade, liberdade, bem-comum, etc.

No mesmo sentido, assinala Baratta (2002, p. 162) que o mencionado processo de criminalização constitui uma negação radical do mito do direito penal como direito igual, mito este que está na base da ideologia dominante.

Logo, evidenciada está a contradição entre a igualdade formal dos sujeitos de direito e a desigualdade substancial dos indivíduos, que, nesse caso, se manifesta em relação às chances de serem definidos e controlados como desviantes (BARATTA, 2002, p. 164).

Outrossim, entre as funções do sistema penal, representado por seus segmentos básicos (policial, judicial e executivo), destacamos, em especial, a conservação e a reprodução da realidade social ou, em outras palavras, a sustentação da estrutura do poder social através da via punitiva (ZAFFARONI; PIERANGELI, 1999, p. 78).

Além de descumprir a promessa de proteção dos bens jurídicos mais importantes, o direito penal acaba violando os direitos dos indivíduos que compõem o seu público-alvo. Eis aí uma das facetas mais perversas do sistema penal: com a justificativa de proteger direitos fundamentais da coletividade, viola os direitos dos grupos subalternos.

Destarte, surge atualmente a necessidade de se elaborar uma política criminal alternativa, menos violenta e em consonância com os direitos humanos, capaz de reduzir a irracionalidade (ou violência) da intervenção punitiva, pautada, portanto, no princípio da intervenção mínima.

Em razão das especificidades concernentes aos países subdesenvolvidos, cremos que o poder punitivo deve ser reduzido ao máximo, caso contrário, estar-se-á acentuando os efeitos terríveis que a violência

punitiva impõe aos grupos socialmente aliados, principal clientela do sistema penal.

Por outro lado, posturas que promovam a ampliação da repressão e a supressão dos direitos e garantias fundamentais, inevitavelmente acabarão reforçando a dominação e a divisão social.

Embora reconheçamos que o direito penal ainda é necessário para a solução de determinados conflitos, faz-se mister repensar o sistema penal, o direito penal e, por que não, o próprio direito. Se de fato a dominação pressupõe o controle social (CASTRO, 2005), já está mais do que na hora de mudarmos a nossa percepção sobre o sistema e assumirmos um compromisso com propostas que efetivamente favoreçam a libertação do “outro” e a consolidação de uma autêntica cultura dos direitos humanos.

3 CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO PARA UMA CULTURA DOS DIREITOS HUMANOS

A construção de uma cultura dos direitos humanos deve estar orientada à emancipação dos povos e grupos sociais “invisíveis”, público-alvo do sistema penal, excluídos ou marginalizados em um mundo marcado, sobretudo, pela globalização econômica nos moldes neoliberais.

Para o desenvolvimento de tal cultura, concebida como parte de um verdadeiro projeto libertador, é fundamental o diálogo entre os grupos explorados e marginalizados pela globalização hegemônica, pois possibilitaria a troca de experiências e forneceria algumas das condições necessárias para a composição de uma juridicidade emancipadora ou “alternativa”, conforme expõe Wolkmer (2008, p. 194).

Ao falarmos de uma cultura dos direitos humanos – antítese da cultura punitiva que se arvora sobre nosso país atualmente – nos referimos à criação de uma estratégia que possa viabilizar a utilização dos direitos humanos como uma importante bandeira de transformação soci-

al, contrária aos regimes de arbítrio e às economias de alta concentração de renda (AGUIAR, 1990, p. 154).

Este projeto só pode ser elaborado a partir da ética da alteridade, “uma ética antropológica da solidariedade que parte das necessidades dos segmentos excluídos e se propõe a gerar uma prática pedagógica⁴, capaz de emancipar os sujeitos oprimidos, injustiçados e expropriados” (WOLKMER, 2008, p. 197).

Trata-se, portanto, de uma ética comprometida com a dignidade do “outro”, subsidiada teoricamente pelos movimentos sociais⁵ e pressupostos oriundos da “filosofia da libertação” (WOLKMER, 2008).

Tão importante quanto sustentar a universalização dos direitos humanos e sua literalidade, é promovê-los como o resultado normativo de conquistas sociais. Somente assim poderemos verificar a existência concreta de direitos que não são outorgados, “mas dolorosamente colhidos por meio das pressões, dos sacrifícios e das lutas” (AGUIAR, 1990, p. 156).

Se “os filósofos não têm feito senão interpretar o mundo de diferentes maneiras”, conforme assinalou Marx, no âmbito dos direitos humanos notamos algo semelhante, uma vez que pouco tem sido feito para transformá-los, para efetivá-los.

A história nos mostra que, se por um lado a luta por direitos quase sempre enfrenta obstáculos e impõe sacrifícios, por outro, acelera as transformações sociais. Na contramão de tais mudanças, hodiernamente temos observado no Brasil a marginalização dos movimentos sociais e de quaisquer lutas por direitos, negados, principalmente, aos

⁴ No campo da pedagogia, extremamente valiosos são os ensinamentos de Paulo Freire, especialmente ao traçar as bases de uma pedagogia da libertação, expostas em sua obra “Pedagogia do oprimido” (2005).

⁵ Quanto aos movimentos sociais, às organizações e aos grupos cosmopolitas subalternos, estes, ao recorrerem à lei para levar adiante as suas lutas, demonstram toda a sua capacidade emancipatória (SANTOS, 2007), fundamental para a libertação do “outro”.

grupos populares, no caso em questão, fornecedores dos indivíduos que se tornarão meros “objetos” da persecução penal.

A percepção de que os governos autoritários têm o vício de resolver os problemas com a radicalização de sanções e o aumento do arbítrio (AGUIAR, 1990, p. 152), mostra o quanto estamos distantes de uma democracia plena em nosso país, lócus da expansão do poder punitivo estatal e de práticas extremamente autoritárias, como indicam Vigário Geral (1993), Candelária (1993), Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996), para citar apenas alguns exemplos.

O apelo à repressão penal diante das tentativas de transformações sociais amplia a violência punitiva e demonstra a incapacidade dos grupos dominantes em lidar com possíveis ameaças à sua estabilidade.

Instrumento de dominação, o direito penal e, conseqüentemente, o sistema penal, contrapõe-se atualmente a um autêntico projeto emancipatório da maioria oprimida no contexto brasileiro, estes “novos sujeitos sociais” que ocupam papel central no pensamento libertador.

Enfim, cremos ser necessário (re)pensar a justiça e os direitos humanos sob a perspectiva da “exterioridade”, a partir de um pensamento crítico-filosófico centrado no “outro”, capaz de servir de substrato para a construção de uma cultura dos direitos humanos em situações de adversidade, miséria e dominação.

A proposta de libertação do “outro”, extraída da ética da alteridade de Dussel (2007) poderia, a nosso ver, nortear um novo direito, que revela e legitima a dignidade da pessoa humana e se dirige à satisfação das necessidades fundamentais das classes subalternas.

Nesse mesmo sentido, propomos a adoção de práticas alternativas, emancipadoras e insurgentes no âmbito do próprio controle penal⁶,

⁶ Neste aspecto, destacamos as contribuições da criminologia crítica, sobretudo em sua vertente latino-americana, representada, entre outros, por pensadores como Eugenio Raul Zaffaroni, Lola Aniyar de Castro, Rosa del Olmo, Nilo Batista, Juarez Cirino dos Santos e Vera Regina Pereira de Andrade.

expressões de uma teoria crítica do controle social formal, elaboradas com base na transdisciplinaridade⁷ e orientadas para a tarefa emancipatória.

Embora se possa afirmar que a vida humana só será socialmente digna quando as maiorias dominadas transformarem a produção, a troca e a distribuição de bens materiais (AGUIAR, 1990), entendemos que o direito pode integrar um processo contra-hegemônico de ruptura em sociedades do capitalismo periférico, sobretudo em um período conhecido pela “crise dos paradigmas” dominantes, pré-condição, segundo Kuhn (1975), para a emergência de novas teorias e novos referenciais.

A opção ética pelo “outro” por parte de “uma filosofia da pobreza em tempos de cólera” (DUSSEL, 1995), importa a adoção de uma práxis libertadora, cuja meta é a libertação daqueles que são vítimas da opressão (seja ela punitiva ou não).

De nossa parte, acreditamos que o rompimento com a (ir)racionalidade punitiva possui como pressupostos a formação de novos referenciais e a assunção da responsabilidade pela dignidade do “outro” desde a sua perspectiva.

4 A HUMANIDADE RESGATADA: O DIREITO SOB A PERSPECTIVA DO “OUTRO”

Enrique Dussel (1995) considera a filosofia da libertação⁸ uma espécie de filosofia da “pobreza” em tempos de cólera. Assim como o faz

⁷ Interessante nos parece a proposta de uma criminologia da libertação para a América Latina (CASTRO, 2005), desenvolvida a partir da conjugação de vários campos de aplicação e estudo, dentre os quais predominam a criminologia crítica e a filosofia da libertação.

⁸ “Libertar não é só quebrar as cadeias [...], mas ‘desenvolver’ (libertar no sentido de dar possibilidade positiva) a vida humana ao exigir que as instituições, o sistema, abram novos horizontes que transcendam à mera reprodução como repetição de ‘o Mesmo’ – e, simultaneamente, expressão e exclusão de vítimas. Ou é, diretamente, construir efetivamente a utopia possí-

Lévinas por meio da denominada “responsabilidade *a priori*”, o filósofo argentino demonstra claramente a opção ética pelo pobre, o “não-ser”, o “nada”.

Pensada a partir da realidade da periferia do “sistema-mundo”, a filosofia da libertação é um movimento amplo que tem como ponto de partida

a pobreza crescente da maioria da população latino-americana; a vigência de um capitalismo dependente, que transfere valores para o capitalismo central; a tomada de consciência da impossibilidade de uma filosofia autônoma dentro dessas circunstâncias; a existência de tipos de opressão que estão a exigir não apenas uma filosofia da ‘liberdade’, mas uma filosofia da ‘libertação’ (DUSSEL, 1995, p. 46).

Inspirada no pensamento de Emmanuel Lévinas, a filosofia da libertação insere o “outro” – considerado enquanto “pobre” – na categoria “exterioridade”, em contraposição à totalidade hegemônica (político-autoritária, econômico-capitalista, erótico-machista, pedagógico-ilustrada, cultural-publicitária, etc.) (DUSSEL, 1995).

O “outro”, a outra face da tão propalada modernidade, encontra-se, portanto, fora do mundo dominante, excluído e dominado pelo sistema.

É exatamente no contexto do capitalismo periférico, onde a pobreza e a exclusão são referências, que devemos (re)pensar os direitos humanos e, em termos gerais, o próprio direito.

vel, as estruturas ou instituições do sistema onde a vítima possa viver, e ‘viver bem’ (que é a nova ‘vida boa’); é tornar livre o escravo; é culminar ‘o processo’ da libertação como ação que chega à liberdade efetiva do anteriormente oprimido. É um ‘libertar para’ o *novum*, o êxito alcançado, a utopia realizada” (DUSSEL, 2007, p. 566).

Assim, enquanto no capitalismo avançado a preocupação normalmente recai sobre as minorias, nos países periféricos a maioria da população sofre com o subdesenvolvimento e é explorada pelas elites. Esse largo contingente populacional, excluído das democracias formais, representa o “novo sujeito histórico”, a quem se dirige a práxis da libertação (DUSSEL, 2007).

Se libertar implica “situar de outra maneira a relação econômica perversa e injusta e não somente subverter a relação prático-social” (LUDWIG, 2006, p. 183), o aspecto econômico torna-se extremamente relevante, sobretudo no contexto periférico brasileiro.

Todavia, apesar da pertinência da esfera econômica, cumpre salientar que a libertação possui como ponto de partida a vida concreta de cada sujeito, ou seja, a vida surge como o critério-fonte, referência de todos os campos: do ético, do político, do econômico, do social, do jurídico e outros (LUDWIG, 2006).

A vida humana pode ser vista, portanto, como o critério-fonte que orienta as ações em geral, “razão pela qual nenhum outro campo, sistema ou subsistema (como é o caso do subsistema do direito) pode deixar de ter como conteúdo a própria vida humana concreta de cada sujeito” (LUDWIG, 2006, p. 285).

Mais do que um direito, a vida humana é fonte de todos os direitos e deve ser produzida, reproduzida e desenvolvida em comunidade.

Outrossim, incumbe ao direito – assim como a todos os outros campos – o compromisso com a vida humana, principalmente no que diz respeito ao “outro”, vítima do sistema.

Nesse mesmo sentido, Piovesan (2008, p. 48) ressalta a necessidade de consolidarmos uma ética dos direitos humanos,

que vê no outro um ser merecedor de igual consideração e profundo respeito, dotado do direito de desenvolver as potencialidades humanas, de forma livre, autônoma e plena. É a ética orientada pela

afirmação da dignidade e pela prevenção ao sofrimento humano.

Tal percepção merece amplo destaque, pois é fato que historicamente as maiores violações aos direitos humanos tiveram como fundamento a dicotomia do “eu” *versus* o “outro”, de maneira que a diferença era utilizada com a finalidade de conceber o “outro” como um ser menor em dignidade e direitos, ou, em determinadas situações, “um ser esvaziado mesmo de qualquer dignidade, um ser descartável, um ser supérfluo, objeto de compra e venda (como na escravidão) ou de campos de extermínio (como no nazismo)” (PIOVESAN, 2008, p. 48).

O compromisso ético com a efetivação dos direitos humanos em sociedades periféricas como a latino-americana e, mais especificamente, a brasileira, “marcada por instituições frágeis, histórica exclusão de seu povo e secular intervencionismo estatal” (WOLKMER, 2008, p. 170), pressupõe avançar pela práxis libertadora, analética, em prol da revelação e do reconhecimento do “outro”.

Escutar a voz daqueles que historicamente têm sido dominados e alienados é, sem dúvida, um dos requisitos para a consecução do projeto libertador⁹ e condição para a plena realização dos direitos humanos.

Tomar consciência da exclusão do “outro” – que na relação face a face surge não apenas como rosto, mas como vítima –, nos move ao reconhecimento, à responsabilidade, à obrigação para com o “outro” (DUSSEL, 2007).

Esse “movimento de libertação” (DUSSEL, 1986, p. 247), capaz de libertar no homem seu ser negado, é um processo que precisa

⁹ Dussel (1995) acrescenta que a “interpelação” do oprimido pressupõe e determina a própria prática da libertação e alerta que a aceitação do “ato-de-fala” interpelativo que provoca uma atuação não é o ponto final, mas tão somente o início.

acontecer em todos os níveis da cultura, em todos os campos, inclusive nos âmbitos acadêmico e jurídico.

Para tanto, é imprescindível levar em consideração a categoria da alteridade ou exterioridade, que confere ao “outro” a dignidade que lhe é inerente, deixando de enxergá-lo como mero objeto, massa ou multidão alienada pelo sistema (DUSSEL, 1986).

Ademais, verificamos que a emancipação/libertação do “outro” em uma sociedade civil plural e diversa prescinde, no campo jurídico, da universalização e proteção dos direitos humanos e, principalmente, do uso alternativo do direito, identificado, neste caso, com os interesses deste novo sujeito histórico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de criminalização primária e secundária realçam o controle seletivo do sistema penal e sua capacidade de atuar como instância de asseguramento da realidade social.

O fato de vivermos em uma “sociedade dividida”, conceito cunhado por Dahrendorf, tem colaborado para a desconstrução do mito do direito penal como direito igual, mito este que está na base da ideologia e do discurso dominantes atualmente.

Por meio dos mecanismos seletivos do processo de criminalização, observamos o aprofundamento da lógica da desigualdade e da exclusão, obstáculo para a concretização de uma cidadania plena e instrumento de materialização da opressão punitiva que se abate, principalmente, sobre os setores subalternos da sociedade.

Com a difusão de um discurso punitivo – claramente ideológico – cuja principal função tem sido legitimar a pena como o único modelo eficaz na solução de conflitos, bem como promover e justificar a utilização do direito penal¹⁰ como o caminho mais adequado para o controle

¹⁰ Cumpre salientar que adotamos aqui o termo direito penal no sentido de “sistema dinâmico de funções, no qual se podem distinguir três mecanismos

social e redução de condutas desviantes, verificamos a consolidação de uma formação social autoritária e punitiva, obcecada pela punição de todo e qualquer comportamento anti-social.

Ademais, com a expansão da intervenção penal, fenômeno notório nos dias de hoje em nosso país, presenciamos a acentuação da seletividade penal e o acirramento das desigualdades, responsáveis por ampliar o sofrimento das vítimas do sistema-mundo, metafórica e economicamente denominadas por Dussel (2007) sob o nome de “pobre”, o “outro”, representante das imensas maiorias excluídas pela globalização.

Ao selecionar sua clientela, o sistema penal reproduz o *status quo* e reforça as relações de dominação, impedindo, por conseguinte, a libertação das vítimas do modelo vigente.

Assim, levando em consideração a realidade dos países periféricos e, sobretudo, do Brasil, vislumbramos a necessidade de se desenvolver uma teoria crítica do controle social punitivo, inserida em uma nova e imprescindível cultura dos direitos humanos, capaz de garantir a efetivação dos direitos e garantias fundamentais das classes atualmente subordinadas.

Outrossim, optamos neste trabalho por uma aproximação entre a criminologia crítica e a filosofia da libertação visando ampliar os horizontes e estabelecer um diálogo transdisciplinar que possa engendrar uma práxis libertadora e alternativa¹¹, partindo, neste caso, do ponto de vista dos interesses dos grupos excluídos.

Embora nos afastemos de posturas que almejam apresentar verdades inexoráveis, mais uma vez nos filiamos ao pensamento de

analisados separadamente: o mecanismo da produção das normas (criminalização primária), o mecanismo da aplicação das normas, isto é, o processo penal, (criminalização secundária) [...] e, enfim, o mecanismo da execução da pena ou das medidas de segurança.” (BARATTA, 2002, p. 161).

¹¹ Esta práxis é fundamental para as propostas de um controle social alternativo, nos moldes dos projetos delineados por Baratta (2002) e Castro (2005), por exemplo.

Alessandro Baratta (2002), pois acreditamos que a atual situação dos direitos humanos no contexto do capitalismo tardio requer a adoção de estratégias jurídicas e políticas que possibilitem a transformação social e institucional radical, adotando uma base teórica que permita o desenvolvimento da igualdade, da democracia e de formas de vida alternativas e mais humanas.

6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Roberto A. R. de. **Direito, poder e opressão**. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo: IBCCrim/RT, n. 42, p. 242-263, jan./mar., 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

DE GIORGI, Alessandro. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

DUSSEL, Enrique. **Método para uma filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1986.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão**. São Paulo: Paulus, 1995.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma filosofia jurídica da libertação: paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006.

PIOVESAN, Flávia. Igualdade, diferença e direitos humanos: perspectiva global e regional. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (Org.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 47-76.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Poderá o direito ser emancipatório?** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: Parte Geral**. Curitiba: Lumen Juris/ICPC, 2006.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2007.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. São Paulo: Saraiva, 2008.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. **Direito Penal Brasileiro**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**. Parte Geral. São Paulo: RT, 1999.

Recebido em: 11/05/2011

Aceito para a publicação em: 14/06/2011